

Agricultura um indicador de crescimento



Ainda neste número:

Epungo um desafio para o
desenvolvimento.....4-5
Huambo com passos seguros para o
futuro.....6-7
Notícias da Comunidade8-9

Para esta edição o ONDAKA propôs-se falar sobre a campanha agrícola 2012. Em Angola e em alguns países como Moçambique e Cabo Verde a época das chuvas coincide com a chamada campanha agrícola, mas colocado assim dá a entender que o camponês apenas produz nesta fase. Não é isso que acontece porque aqui no Huambo por exemplo o camponês produz quase todo ano, já que os produtores desenvolveram habilidades técnicas de utilização das parcelas de terra e aproveitamento das potencialidades hídricas de alguns locais e conseguem produzir durante todo o ano, mas é durante as chuvas na chamada campanha agrícola que conseguem cultivar maior extensão de terra. A campanha agrícola 2012 começa com o espectro da estiagem que aconteceu no ano passado, que causou uma diminuição nas colheitas. Isso pressupõe que a segurança alimentar para 2012 está em risco já que agricultura consiste num tipo de actividade desenvolvida pelo Homem e que o relaciona com a Terra de uma forma metódica e sistemática, tendo como objectivo a produção de alimentos. Olhando para este cenário, podemos afirmar que o camponês terá dificuldades para iniciar esta campanha agrícola porque se não produziu o suficiente para comer, também não tem reserva de semente para esta campanha. Por outro lado é importante realçar que a região do Huambo debate-se com um reduzido nível de fertilidade intrínseca dos solos e isso obriga o camponês a recorrer a uso de fertilizantes e como sabemos o preço deste produto nem sempre está ao alcance do pequeno camponês. Perante esta situação a questão que se coloca é: *O que fazer para superar estas dificuldades?* Eu não tenho a formula mágica para a solução de todos estes problemas mas gostaria de deixar aqui algumas ideias: 1- Seja qual for a cultura, a escolha da

semente é muito importante e chega a ser o primeiro passo na. O rendimento de uma cultura é o resultado do potencial genético da semente conjugado com as condições climáticas do local de sementeira, a boa semente é responsável por 50% do rendimento final, deve-se fazer estudos que ajudem o camponês a ter sementes de qualidade e se for de ciclo curto principalmente para o milho melhor, para diminuir o risco de perder a colheita com a estiagem;

2- Porque 90% da produção que vai para o mercado vem das empresas familiares, as políticas de apoio ao meio rural devem direccionar-se para reforçar estes produtores, não apenas em meios de produção, mas também em facilitar o acesso de informação através de acções de capacitação que melhorem algumas técnicas de produção como o controlo de doenças e pragas, compassos de sementeira, rotação de cultura, conservação de produtos agrícolas, conservação do solo, etc.

3- A planificação por parte dos órgãos encarregues em prestar apoio aos camponeses deve ser feita com antecedência necessária e não no início da campanha. Os planos devem conter metas concretas com dados sobre a produção para se ter uma ideia do quanto se vai produzir, como se vai produzir e que recursos serão necessários.

Gostaria de fazer uma homenagem especial a todos aqueles que cultivam a terra para nos alimentar, principalmente aqueles que o fazem com consciência e por amor. E que isso nos sirva de inspiração para trabalhar para termos alimentos com qualidade e quantidade necessária e melhorar a qualidade de vida...

Espaço do leitor

Sou um leitor assíduo do Ondaka. É um jornal que traz assuntos muito importantes para as comunidades, informa e educa ao mesmo tempo. Lamento o facto de ter poucas páginas. Gostaria de ver no Ondaka mais notícias das aldeias e pelo menos uma página de lazer.

É tudo

O leitor

Marcos Enoque

Ficha Técnica

Coordenação: Carlos Figueiredo

Redação e paginação : Daniel Martinho

Ilustração: Venâncio

Contribuição: Júlio Quintas , António Sapalo, Moisés Festo, Hernâni Cachota

Tradução: Atekula

Produção: Grupos Comunitários (Sambo e Candandi)

Editado por: Development Workshop - DW

Endereço: Rua 105, casa 30, Capango - Huambo

Bairro: Capango

Tel: (2442412) 20 338

Email: dwhuambo@angonet.org

Website: ondaka.netai.net

Tiragem: 3000 exemplares

Nº de Registo: MCS - 514/B/2008

Processos participativos para a gestão dos recursos naturais

O acesso aos recursos naturais, e em particular à terra, é o activo mais precioso para os povoadores das áreas rurais. O carácter cultural das florestas, das pedras, dos recursos hídricos e da própria terra, significam mais do que meios de subsistência para estas comunidades, são as fontes da perpetuidade da vida e dos costumes.

Por muito tempo, a gestão da terra e dos recursos naturais tem pertencido aos detentores desses conhecimentos, os “espertos” dentro das instituições públicas ou, por vezes, directamente com os tomadores de decisões que não necessariamente têm a informação suficiente para uma boa administração dos recursos dentro de um determinado território.

Por sua parte, os projectos da cooperação internacional têm constantemente caído nessa mesma paradoxa: a assistência técnica por parte desses espertos tem a tendência de “recomendar” acções com perspectivas desenvolvidas fora do contexto, deixando de lado as realidades (menos ouvidas) que pertencem a esse próprio território, nomeadamente as mulheres rurais, os camponeses, os povos indígenas, etc.

Embora que os conhecimentos técnicos sejam importantes para uma boa gestão – e sem desapreciar a função geral dos técnicos do campo – nota-se que torna-se mais relevante a *participação* dos actores do território na gestão dos recursos naturais, à qual eles mesmos influenciam diariamente na função das actividades deles.

Quando trata-se do recurso terra, fala-se do *acesso seguro* a esse recurso. A diferencia do que normalmente pensa-se, a segurança fundiária não é o que eu reivindico como meu, como em alguns casos pretende-se remediar com a propriedade privada, mas é sim aquilo que os meus vizinhos e as instituições acima de mim *respeitam* como meu. É assim que a segurança fundiária não é um título de terra, mas sim uma **relação social**, e por tanto, não um bem absoluto. É por isso que os populares das aldeias não ficam preocupados em ter ou não um documento oficial da terra deles (por causa da segurança que o soba pode dar a nível costumeiro). Sendo uma relação social, esta segurança pode ser ameaçada por actores que não reconhecem estas relações entrelaçadas localmente nem os limites dos territórios de um e dos outros. Normalmente esses

conflitos são resolvidos localmente, e formam assim novos equilíbrios, mais ou menos douradores, frequentemente mais favoráveis para o actor que tem mais meios e recursos.

A pergunta agora é; como pode-se intervir para facilitar o aumento da segurança aos recursos naturais para esses actores mais desfavorecido mas que pertencem ao alvo maior? Primeiro que nada convém entender quem são os actores sociais e produtivos nesse território, os conflitos existentes, mecanismos de resolução, e demais dinâmicas para depois buscar junto com todos eles, uma forma participada de reconhecimento territorial. Isto para que? Para aumentar a *legitimidade dos processos* e os costumes locais, para assim criar maior confiança no sistema governamental num processo simultâneo de construção de cidadania.

É aí onde o **diálogo territorial** entra em jogo; precisa-se de mais mecanismos de diálogo verdadeiro, com apoio imparcial (ou esterno), que *facilite* as negociações num espaço de maior igualdade para *todos* os actores. Se as negociações vão se realizar de qualquer maneira, bilateralmente, justa ou injustamente, dentro ou fora da lei em alguns casos, trata-se então de dirigir o diálogo dentro de parâmetros (ou regras) concertados entre todos os actores, junto a administração local, a favor do desenvolvimento do território.

As respostas então não podem mais ser entregues, mas vão ter que ser buscadas, mais do que no domínio técnico, naquilo da política local, quer dizer, na legitimidade social.

Se no final do jogo a comunidade, o investidor, o governo local e demais actores encontram-se num clima melhor, de mais recursos e menos problemas, então significa que vamos por bom caminho.

Fonte: Francisco Carranza - FAO

Epungo um desafio para o desenvolvimento

Entrevista com o Monteiro Daniel Chissoca responsável do Epungo

Em seu gabinete com um simbolo de milho e uma pilha de documentos sem sacos de milho ao lado encontramos o Dr. Monteiro Daniel Chissoca, que é o Director Regional do Huambo e Bié do EPUNGO. Com ele falamos da sua associação suas metas e seus resultados. O homem do Epungo apresentou-nos um plano ambicioso da sua associação, mas infelizmente vais sentir ao ler esta entrevista que o Epungo, ainda esta colocando todo o seu esforço na recuperação de infra estruturas.

Ondaka (O) – Como e quando surgiu EPUNGO?

(Monteiro Chissoca) M.C – o Epungo Grémio de Milho é uma Associação de Comerciantes e Produtores de milho. Ela vem desde a República Portuguesa que chamava-se grémio dos comerciantes e exportadores de milho. Com a Independência de Angola em 1975 não reconhecendo a existência das Associações o Epungo ficou apenas na memoria de muitos homens. Só em 1991um grupo dos antigos



associados do grémio e coadjuvados com outras pessoas fazem renascer o EPUNGO.

O- Qual é o vosso objecto de trabalho?

MC- A nossa missão ou objecto de trabalho é comprar o milho ao produtor, tratar e conservá-lo. A nossa acção virou-se para comercializar e produzir. De 1992 a 1998 devido aos conflitos armados não fizemos nada. De 1999 a 2000 na vertente de comercialização fizemos alguma coisa. Comercializamos muito milho que apoiou algumas actividades relacionadas com o reassentamento das populações deslocadas. Na área de produção pouco fizemos, porque as zonas agrícolas estavam minadas e era difícil irmos para o campo. Em 2002 surgiu a paz, a partir daí, as áreas de cultivo começaram a ser libertadas

já tem havido possibilidades das pessoas fazerem alguma coisa no campo.

O- Onde fica a vossa sede?

MC- A sede tradicional é aqui no Huambo. Mas devido o reacender dos conflitos em 1993 a direcção teve que fugir para Luanda. Mas a sede é aqui no Huambo.

O – Neste momento o que é que fazem concretamente?

MC – A nossa actividade está mais virada para a consolidação das infra-estruturas que nós possuímos. Queremos reabilitar os silos, do Longonjo, Caála, e Huambo na área da Santa iria, na Chicala Cholohanga e em Kamakupa Província do Bié. Também tivemos armazéns, mas infelizmente todos os armazéns foram afectados pela reabilitação do Caminho de Ferro de Benguela.

O – Que estratégias o Epungo pensa utilizar para a recuperação dos armazéns?

MC – Com relação aos armazéns vamos negociar com a Direcção do CFB se conseguimos fazer a reposição dos mesmos ao longo do Caminho de Ferro de Benguela. Temos um programa quinquenal para a construção de silos nos municípios do interior, no Bailundo, Londuimbali, Mungo, e na Ekunha, porque é lá onde se produz o milho. Tendo tudo recuperado teríamos resolvido maior parte dos problema dos camponeses que ele ao produzir encontra dificuldades de onde vender o seu produto.

Estudos indicam que por falta de escoamento os camponeses estão a diminuindo as suas áreas de cultivo, porque quanto mais cultivassem mais dificuldades encontravam de escoar seus produtos.

O- Desafios?

MC- Para o EPUNGO o desafio é enorme mas ainda insistimos que temos que ter armazéns construídos com

condições mínimas de conservação. Sei também que dentro existe um programa do governo ao nível municipal do combate a pobreza penso que alguma coisa tem sido feita. Infelizmente ainda não temos estudo dos impactos deste programa. Mas há sempre

o início.

A empresa já cá esteve, fez os seus estudos. Temos também um parecerias de outras Instituições de âmbito superior do grémio.

O- Existe verbas para a recuperação dos silos?

MC – Sim. Dentro das parcerias que realizamos. Nós oferecemos as infra estruturas e a outra empresa vai oferecer os meios financeiros. Assim muito breve estes silos serão recuperados.

O – O que fazer para melhorar as vossas instalações?

MC – Aqui estamos emprestados, porque antes de 1974, o grémio de milho funcionou em escritórios próprios, mas em casas alugadas. O edifício do grémio para área administrativa é este que está aqui ao lado do prédio da FAPA e não foi acabado e nós pretendemos reabilitar por isso que tem lá uma placa 'futuras instalações da sede nacional e Direcção Regional'. Já houve financiamento para o prédio, mas existe alguns condicionalismos que não permitiram avançar.

O – A Epungo está contemplada no OGE?

MC - Infelizmente não. Não temos nenhum apoio do estado. Tivemos algum apoio até ao ano 2001, desde a criação do grémio. A partir daí foi-nos retirado este apoio. Temos estado a insistir de que realmente o grémio seja reconhecido como uma instituição de utilidade pública, para reavermos a declaração de utilidade pública, mas não estamos a conseguir. Esta é uma das lutas que estamos a fazer, porque de facto o grémio é uma instituição de utilidade pública.

O - O EPUNGO tem apoios de alguma instituição?

MC - Há uma empresa angolana que se predispôs em trabalhar connosco a título de parceria, mas ainda não assinamos contratos, não temos ainda datas para



um impasse, porque o comerciante rural pode comprar o milho até a um determinado nível e depois não consegue mais, porque não tem como conservar, quem tem o sistema de conservar é o grémio que tem os silos para conservar grandes quantidades de milho num período de 2 a 3 anos. Por isso há necessidade de se reabilitar os silos. Pelo menos até o próximo ano o silo da Santa Iria será reabilitado.

Entrevista

Huambo com passos seguros para o futuro

A Independência foi a maior conquista do povo angolano. Nesta entrevista o Administrador Municipal realça os ganhos que a independência trouxe para o povo angolano em particular para os cidadãos do Huambo. Na sua entrevista apela à população a importância de preservar este ganho porque só com ela o país tem conhecido um progresso rumo a um desenvolvimento sustentável.

O - Engenheiro fale um pouco dos ganhos após independência

J.M.- Somos um país relativamente novo e os ganhos são visíveis. Herdamos um país com algumas infra-estruturas com um potencia económica, temos neste momento um país melhor do que aquele que herdamos em termos de infra-estruturas este é um dos grandes troféus que conseguimos, neste momento temos um país que mais cresce acredito dentro de alguns anos



poderemos começar a exportar algumas das nossas inteligências para as outras partes do mundo.

O - Como avalia os avanços verificados na província do Huambo?

J.M.- Nós acompanhamos o declínio da cidade e acompanhamos a reestruturação há grandes ganhos em termos estruturais temos uma cidade um bocadinho desestabilizada em termos de passeios e em termos de pavimentação de ruas, todos nós sabemos que tivemos que substituir as redes técnicas todas, a rede que existia era de 6mwts agora estamos com 15 e mais, e portanto tivemos que substituir estas redes todas e daqui a mais tempo vão ser notórias as grandes modificações em

termo de energia, e distribuição de água potável dentro da cidade do Huambo.

O - Falou em passeios destruídos já se prevê uma reabilitação breve?

J.M. Estamos só a espera que todo empreiteiro envolvido neste trabalho dê por fim as obras. Não será este ano, temos algumas verbas previstas ao nível do município. Aproveitamos esta oportunidade para apelar aos munícipes que segundo a lei os passeios são da responsabilidade do dono da moradia. Nós não vamos fazer cumprir na totalidade este pressuposto, porque já havia passeios, foram destruídos e vamos tentar com as pessoas fazer uma parceria pública ou privada para ver se conseguimos fazer afrente da nossa moradia o passeio que queremos. Aquele que quiser calçada com granito paga um pouco mais e para os que tiverem menos possibilidades colocamos o material um pouco mais barato. Gostaria de realçar que em frente de um prédio onde há 20 apartamentos acho que ali devia-se pôr calçada, porque os moradores subdivididos pelos 20 apartamentos mais a compensação do estado se calhar permite.

As avenidas da independência Amílcar Cabral e a do Aeroporto já estão mais ou menos.

O - Acredita em participação dos moradores?

J.M. Acredito que sim, se em algum tempo nós ouvíssemos falar em pré-pago de electricidade instalada no Huambo, todos diziam, este projecto não dá para nós, agora é uma realidade, começa o custo de energia e neste momento está igual a dificuldade de sua produção e se calhar as pessoas começam já a desligar as lâmpadas quando não precisam bem como os aparelhos domésticos para evitar o consumo.

O - Sobre a recuperação das infra-estruturas em que pé está?

J.M.- Houve um incremento de muitas infra - estruturas principalmente estatais. Muitas pessoas queixam-se da qualidade das obras. Dizem que o empreiteiro é Chinês, é porque o empreiteiro é angolano e os trabalhos são maus. Eu preciso realçar algo, qualquer empreiteiro faz

um trabalho bem feito desde que o dono da obra e o fiscal sejam bons. Podemos contractar chineses, Sul-africanos, Portugueses ou buscar quem nós quisermos, a qualidade da obra será igual para todo empreiteiro, desde que o dono saiba o que quer e exerça o seu papel de fiscal da obra. Isto também é um alerta principalmente para os meus colegas das instituições públicas e do governo. Obras que nós encomendamos mesmo sendo obra do governo temos que a conduzir como se fosse nossa, porque a escola vai servir para os nossos filhos, o posto de saúde ou hospital se calhar um dia vamos precisar e portanto se permitirmos que essas obras sejam mal feitas, automaticamente estamos a nos auto flagelarmos também.

O - As infra - estruturas do estado estão sendo bem conservadas?

J.M- Na realidade sim, mas muitas vezes são mecanismos financeiros um bocado mais complicados. Vou dar um exemplo, construímos um Centro de Saúde, planificamos tudo, mas esquecemos às vezes a gestão da mesma infra-estrutura. As coisas não funcionam sem essas pessoas de limpeza, protecção física, o técnico informático para manter os equipamentos, as pessoas dão pouca importância a este pormenor, mas acaba por ser um esqueleto de qualquer bom funcionamento.

O - Situação de evacuação de esgotos ao nível da cidade?

J.M - É um ponto preocupante porque a cidade do Huambo não tinha esgotos domésticos só tinha esgotos pluviais que eram muito bons e graças a eles estarem ao sistema de drenagem pluviométrica e assim não temos grandes problemas. Neste momento temo que reestruturar os esgotos domésticos. Existem algumas ideias em curso, tem de se fazer uma rede de esgotos domésticos. E para se fazer é necessário esburacar outra vez os passeios em paralelo com a condução de águas pluviais. Não sei se os municípios estão preparados para tal é um mal necessário para se instalar esgotos domésticos.

O - Verifica-se poluição na Lagoa da Baixa a que se deve?

J.M - Penso que foi um erro das nossas obras. Estou a falar da cor, sem nenhum conhecimento do que consistiu o contrato da obra que está lá. Eu acho que faltou um bocado de imposição de organismo que

tutela aquela obra porque para começarmos a fazer um programa de requalificação da estufa sai do Pavilhão Serra Vandun e vai até ao riacho do Kalohumbula junto ao bairro das Cacilhas e este projecto tem várias faixas por questões financeiras. Houve alguns problemas que limitaram a nossa acção, mas eu penso que se calhar o empreiteiro esqueceu de algumas coisas, porque na minha óptica e digo isto sem qualquer sustentação técnica, antes de começar a fazer qualquer acção ao nível da Lagoa e do espaço envolvente a primeira coisa era reabilitarmos ou fazermos um dreno artificial para evitar o que está acontecer. Basta chover 20 ou 30 milímetros a lagoa fica cheia e as crianças vão lá parar. Na mesma tem lodo, óleo e até agora ainda não se registou nenhum acidente conhecido e vamos conseguir conter a situação. São problemas que não são do administrador, polícia, nem fiscal, são de todos nós. Tudo é nosso e cada cidadão deve ser um fiscal. Às vezes clamamos que no nosso bairro as estradas começam com 10 metros depois acabam com 2 metros, mas a culpa não é da administração é nossa.

O- A requalificação da Estufa Fria quem está efectuar?

J.M- É um projecto de âmbito central do Ministério do Urbanismo e são vários empreiteiros que estão envolvidos. É fruto às vezes da falta da clarificação das competências embora seja projecto central, nós somos os donos e temos que ter voz activa e já estamos a ter.

O - No seu ponto de vista o que será o Huambo no futuro?

J.M - Acho que vai ser o que sempre foi era uma cidade de flores depois cidade vinda e agora a caminho Huambo capital ecológica eu digo que mais 10 anos será terra do futuro. A população que colabore com o governo. Antigamente tudo era complicado o cimento vinha de avião, o tijolo, a tinta e tudo só não importávamos a água, porque tínhamos as chuvas. Agora felizmente já temos uma oferta de matéria muito grande, podemos comprar tintas, tijolos a preço muito baixo.

O - Em que ponto está o programa de cimento e tinta?

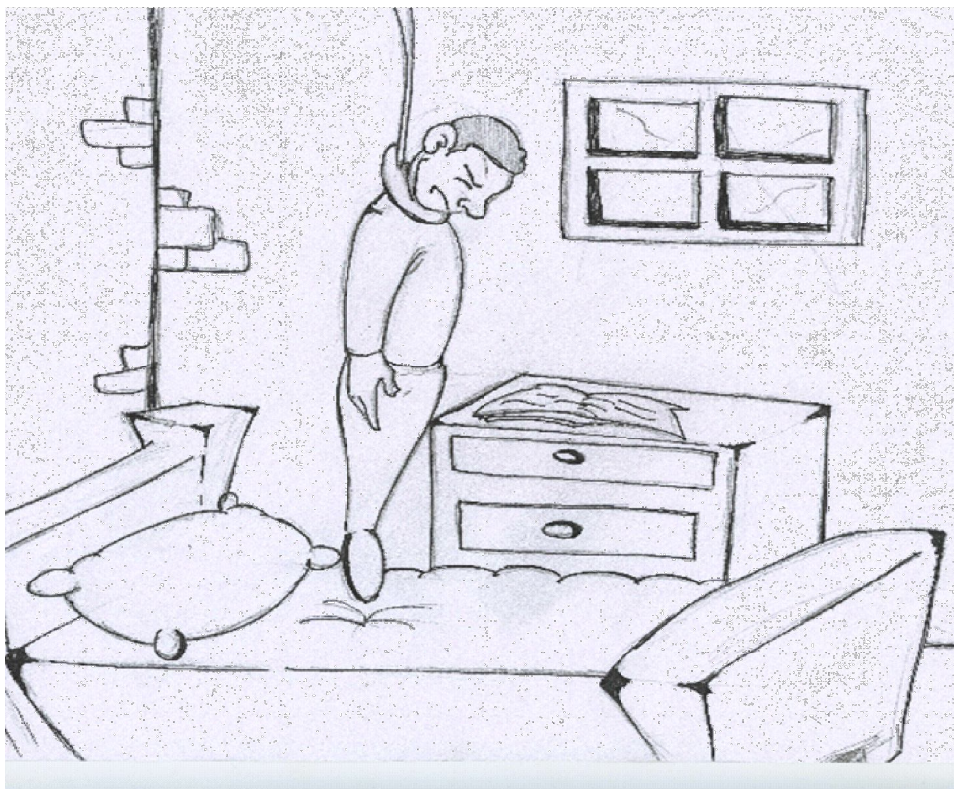
J.M- Neste momento se inverteu o programa de cimento e tinta. Todas as verbas que foram direccionadas para o cimento e tinta, este ano foram aplicadas para a pintura dos prédios. Não devia ser o programa de cimento e tinta. Mas sim, os moradores é que deviam se unir para as necessidades todas dos seus edifícios. Infelizmente não podemos exigir de uma só vez, então estamos a ir devagarinho, porém as pessoas devem se preparar, porque cada vez mais este tipo de actividade vai ser obrigação do dono do imóvel.

Notícias e Casos de Vida Real

Enforcou-se por opção política

O cidadão residente algures no bairro de Cachindombe enforcou-se no dia 18 de Setembro de 2012, às 19H30 no seu quarto. Tudo porque o seu partido perdeu as eleições. Durante a divulgação dos resultados pela televisão o cidadão viu o seu sonho e sua equipa a ser derrotada e logo a seguir ficou furioso e entrou dentro do seu quarto, fechou a porta e pegou numa corda, subiu na cama e enforcou-se.

Samacau



Walipondaomolyocitundo

Yumwe ulume nungambo yoko Kacindombe waliponda oloneke ovyo vohondo yaye.

Cosi camwiwa omo okuti ocitundo caye capumba pocela. Ecivakala okusapula evi vyasupuka kocela viluvyaluvya ulume wamola okuti okuatyamela kakumoleha elavoko lonyeño yaco, wañgila vohondo yaye mwele, waliyikilamo wakwata vukolo, walonda kilu lyula yuanala kukolo yu aliponda.

vitória e derrota provoca socos

O Secretario do MPLA do Mande entraram em soco e espancamento seu homólogo da Unita quando o homem do MPLA pediu ao homem da UNITA que retira-se a bandeira da aldeia, rasgar e repartir para todos membros da Unita mastigarem.

O conflito foi tão agressivo em que o secretario da Unita bateu no seu adversário do MPLA até atingiu o olho. Graças a intervenção da Policia da comuna do Sambo que tomou as devidas precauções e os envolvidos estão a conta com a justiça.

Enviado pelo grupo do Sambo

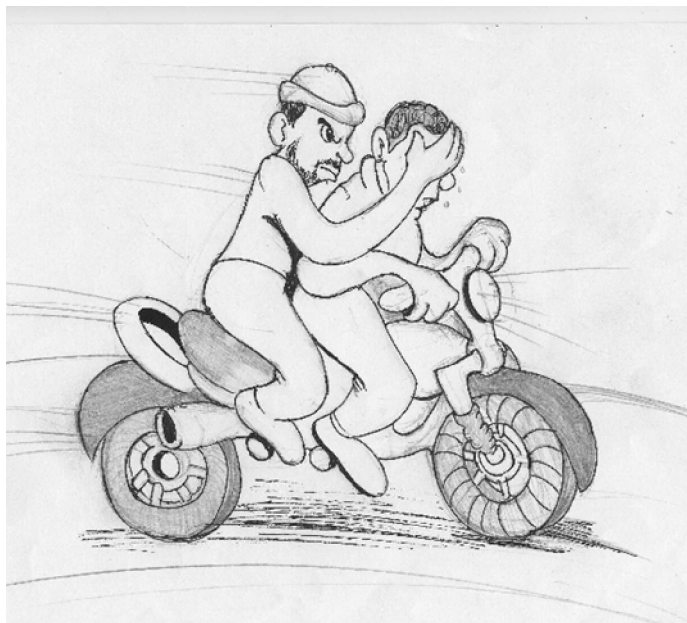
Okuyula kwenda okupunda kwakoka olonuku

Usonehi wocitundo MPLA kimbo lyoko Mande, walitila lukwavo watyamalakocitundo co Unita. Cosi camwiwa eci ulume wo MPLA apinga ku lume woUnita okupapo ebandela vimbo, okutolatola kwenda okulitepala pokati kavo vatyamelakoUnita loku litakila. Caco eci cawengula ema limwe linene yu ukwacitundo Unita atipula ukwavo wo MPLA capiála enene kiso. Pakisi akwenje velombe vatyamela kocivanja coko Sambo vatela okutetulula ocitangi caco. Ava valisanumula vakasi okusombisiwa.

Notícias e Casos de Vida Real

Jovem é esfaqueado

Um jovem que fazia moto táxi (vulgo Kupapata) na aldeia de Kawayala II foi faqueado por um indivíduo que se fingiu ser passageiro. Durante a viagem entre Cawayala II e Kamihamba, este indivíduo levava gindungo seco e começou a esfregar nos



olhos do kupapata e mais tarde picou-lhe com a faca nas costas, pescoço e no sovaco. O fingido passageiro conseguiu receber a motorizada do kupapata e meteu-se em fuga. O soba da aldeia de Kamihamba quando tomou conhecimento avisou os jovens da sua aldeia e estes foram ao encontro do sequestrador. Apanharam-lhe e lhe enviaram para a Policia.

O kupapata recebeu de volta a sua motorizada.

Enviado pelo grupo do Km 25



Ukwenje watomiwa

Yumwe ukwenje wakala okilinga ongenda nyuka lo moto yaye, kimbo lyoko Kawayala II watomiwa lomoko la yumwe ulume walikembisa ndongende. Vonjila okutunda poka Cawayala II kwenda Kamihamba, ulume u ndeti wambata olondungu vyakukuta noke wafetika okuvitukusa vovaso vakupapata noke wotoma lomoko vonyima, vosingo kwenda vohapya. Cingumba nokewatela okutula lomoto yaco. Soma yimbo yo Kamihamba eci akaciyeva, walaleka amalehe vimbo lyaye yuvasanda cingumba caco. Wakwatiwa yu atwaliwa peka lyakwenje velombe. Kupapata watambula omoto yaye peka.

Chamam-me de **Frederico Wanji**, sou camponês muito dinâmico em companhia da minha esposa filhos pretendemos nesta época lavrar 5 hectares de terra com apoio de tracção animal, neste período estamos a proceder a sementeira de milho feijão e ginguba. As sementes na medida que colhemos, seleccionamos a de melhor espécie para a sementeira e com este sistema excursamos comprar semente para a lavoura. Os fertilizantes geralmente compramos na Promoide a um preço que achamos sere razoável por exemplo o saco de amónio de 50 Quilos compramos a 4.000.00Kz. A agricultura nos ajuda muito, temos 10 cabeças de gado que nos ajudam nosso trabalho. Nós estamos organizados em associações e assim de vez enquanto o ministério da agricultura nos apoia com a compra de 10 sacos de fertilizantes, comprando um saco de amónio a 3000.00Kz. na colheita passada tivemos muitos prejuízos devido a falta da chuva por exemplo este ano só colhi 3 mil Quilos de milho enquanto quando chove bem colho em média 5 mil Kilos de milho. Este ano agradecemos muito porque já esta a chover bem.



Notícias e Casos da Vida Real

Workshop Provincial sobre o uso de ferramentas de gestão de terras como mecanismo de mitigação de conflitos

Aos 18 dias do mês de Outubro de 2012 na Sala de reuniões do Edifício II do Governo da Província do Huambo, realizou-se um Workshop Sobre o Uso de Ferramentas de Gestão de Terras como Mecanismo de Mitigação de Conflitos, numa iniciativa das Organizações FAO – Projecto terra, DW, ADRA Angolana e Projecto ELISA-PNUD com o objectivo de Divulgar o uso das ferramentas de gestão de terras como mecanismo de mitigação de conflitos.

Durante o Workshop, que contou com um total de 66 participantes dentre os quais 21 mulheres de diferentes instituições do estado, autoridades tradicionais, jornalistas, académicos e organizações da sociedade civil foram abordados os seguintes temas:

costume é um avanço importante para se acabar com o dualismo social;

- ◆ É importante que os processos de criação de reservas fundiárias do estado em terras comunitárias, obedeçam a um processo de negociação cuidadosa entre as partes, suportadas por documentos comprovativos, por formas a

acomodar os interesses das partes com base no princípio da justa indemnização;

- ◆ A ordem dos advogados deve assumir um papel activo na assessoria jurídica às comunidades como forma de promover um maior exercício dos direitos sociais por parte destas;

- ◆ A obtenção de títulos de reconhecimento de terras comunitárias pelas comunidades ruais é um direito consagrado por lei. Pelo que apela-se a



- ◆ Gestão de terras nas comunidades rurais. A lei de terras vigente em Angola e o papel das autoridades tradicionais;
- ◆ O cadastro como ferramenta importante na gestão de terras;
- ◆ Comunicação, dialogo e conciliação – uma estratégia de integração e interação para o desenvolvimento rural;
- ◆ Gestão dos recursos hídricos e da terra.
- ◆ Apresentados e debatidos calorosamente os temas agendados, os participantes chegaram as seguintes conclusões e recomendações:

Sobre a gestão de terras nas comunidades ruais

- ◆ A observância da lei, durante a sua vigência, tem um carácter obrigatório e imutável. Porém não tira a possibilidade de se irem discutindo, envolvendo equipas multidisciplinares, aqueles aspectos que cuja a aplicabilidade encontra algumas limitações;
- ◆ A consagração pela lei de terras e pela Constituição dos direitos fundiários das comunidades que se baseiam no

sensibilidade dos órgãos competentes a facilitarem o processo de emissão e concessão dos títulos de reconhecimento das comunidades e à estas, no sentido de exercerem uma pressão para que os seus direitos sejam observados;

- ◆ Em muitas negociações para aquisição de terras comunitárias entre as autoridades tradicionais e pessoas externas não tem havido clareza pois que muitas das vezes estas apoderam-se de terras para fins pessoais sob capa de interesses do estado;

- ◆ As autoridades tradicionais embora estejam confrontadas com a perda de poder sobre a gestão de terras, podem desempenhar um papel importante na defesa dos direitos fundiários das comunidades. Este papel poderá ser reforçado no futuro com a institucionalização do poder local, segundo está previsto na Constituição, sendo que as autoridades tradicionais serão uma das suas componentes;

- ◆ Propõe-se as autoridades competentes a desenvolver um Programa Nacional de delimitação de terras e concessão

Notícias e Casos da Vida Real

de títulos de reconhecimento de terras comunitárias e de cidadãos particulares.

Sobre O cadastro como ferramenta importante na gestão de terras:

- ◆ O cadastro é uma ferramenta que permite melhorar o controlo da ocupação do solo pelas instituições responsáveis pela gestão da terra e aumentar a segurança da posse da terra pelo cidadão, ele pode ser adaptado ao contexto e a sua instalação nestas instituições garante maior credibilidade das ações perante o cidadão;
- ◆ A orientação para a participação dos planos de urbanização, está incluída na lei sobre o ordenamento do território e Desenvolvimento Urbano (Lei 3/04 de 25 de Junho) nos artigos 21 e 53. Os particulares têm o direito à informação tanto do conteúdo original como das alterações aos planos territoriais. E tanto na fase de elaboração, com garantia da divulgação prévia dos projectos respectivos destinados à aprovação, como após a sua publicação.
- ◆ Dado os grandes desafios em termos de desenvolvimento e planificação urbana, é importante continuar a fortalecer parcerias entre as instituições governamentais, o sector privado, sociedade civil, autoridades locais e residentes.

Sobre Comunicação, dialogo e conciliação – uma estratégia de integração e interação para o desenvolvimento rural:

- ◆ Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado (DTPN) é uma estratégia que busca estimular mudanças sociais para que as populações rurais carentes tenham acesso aos recursos e meios adequados à sua sobrevivência e visa Melhorar a confiança, Fortalecer a coesão social e Promover desenvolvimento sistémico.

Sobre Gestão dos recursos hídricos e da terra.

1. A Floresta desempenha um papel fundamental na Protecção do Solo pois que diminui o impacto das gotas de chuva protegendo-o da erosão, contribui para a melhoria das propriedades físicas e da fertilidade. Tendo em conta estes e outros benefícios das florestas para o solo é importante que se desenvolvam acções de sensibilização às populações para a protecção das florestas;

Algumas medidas que se podem adoptar para a conservação da água passam por:

- Reduzir o escoamento superficial;
- Aumentar a infiltração da água no solo;
- Reduzir o consumo das águas subterrâneas;
- Construir reservatórios de água;
- Rentabilizar a distribuição da água;
- Implementar plano global de gestão dos recursos hídricos.

2. Os recursos das bacias hidrográficas devem ser geridos de forma sustentável, para atender às necessidades sociais, económicas, culturais, espirituais e humanas do presente e das gerações futuras.

Huambo, 18 de Outubro de 2012

Os participantes

Flash de notícias

5 de Outubro, 8:30, numa iniciativa da FORDU, decorreu na Biblioteca Santo Anselmo, uma palestra proferida pelo Pdr Lourenço Kambalo, sobre **O Valor da Pessoa Humana nas Democracias Modernas**. No evento foi também lançada a obra de Andrade Dumba, “Facto do Amor”.

3 e 4 de Outubro, ADRA organizou, na Biblioteca Constantino Camoli, o habitual encontro provincial das comunidades, um espaço onde se debatem as prioridades e propostas de comunidades rurais. Este encontro culminou num encontro nacional na ... (data) no Bailundo.,

15 de Outubro, a Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher organizou na Ekunha, uma comemoração do Dia Internacional da Mulher Rural.

22 a 25 de Outubro, no Lubango, o ISCED organizou um seminário sobre “Cidades Intermédias: Instrumentos de Planificação e Gestão”

25 de Outubro, o Governo Provincial do Huambo organizou uma reunião sobre o registro de portadores de deficiências e vítimas de minas, uma iniciativa do CNIDAH.

29 de Outubro, a Administração Municipal do Huambo convocou o Conselho Municipal de Auscultação e Consertação Social para apresentar e discutir os investimentos públicos no município.

1 de Novembro, a ADRA tomou a iniciativa de convocar membros de organizações da sociedade civil no sentido de melhorar a coordenação entre elas

3 de Novembro, o Engº José Marcelino, Administrador Municipal do Huambo, proferiu uma palestra sobre **Os Desafios da Administração Pública na Garantia dos Direitos Económicos e Sociais do Cidadãos do Huambo**. Uma iniciativa da FORDU.

Quer mudar a mobília de casa, do escritório e não sabe como fazer?

Publicidade

Quer apetrechar a escola e não sabe onde se dirigir?

Não dê voltas a cabeça....

Venha ter connosco, somos **HABITEC**

Estamos localizados na zona industrial do São João nas instalações da Mubela.



Fazemos:

Mobiliário para Escritório

Mobiliário para Casa

Carteiras para escolas

A qualidade é boa e o preço melhor ainda

HABITEC FAZER PARA MELHOR SERVIR



Quer ser uma líder invenjável?

Então deixa de pensar duas vezes, chegou o momento de ser uma mulher única. Isto só acontece com a IECA. Vá agora mesmo e se escreva nos sínodos da IECA Chicala-Cholohanga, Cachiungo, Kuito, Kunhinga, Camacupa e Chinguar.

Participe no Projecto Ester que tem por objectivo geral de contribuir para restituir o poder integral (social, espiritual, económico e político) das mulheres, formando mulheres em liderança na Igreja e na comunidade.,

Implementadores: Mulheres da IECA

Parceiro: PNUD

Coordenadora do projecto: Adelaide Tomás Manuel (Pastora)

